



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MUNICIPIO DE DOM JOAQUIM

CNPJ/CPF : 18.303.198/0001-48

Empreendimento : MUNICIPIO DE DOM JOAQUIM

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Praça Cônego Firmiano número/km 40 Bairro centro Cep 35865-000 Dom Joaquim - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Dom Joaquim (LAT) -18.9558, (LONG) -43.2119

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 6192/2021

Motivo da decisão:

1- Foi apresentado no processo a construção de uma nova vala para disposição de resíduos, no entanto não foi descrita infraestrutura a ser construída para se evitar contaminação de solo e água. 2- A existência de vala para acumulação de resíduos demandaria a formalização de processo com atividade de "E-03-07-7 Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP", de acordo com a Deliberação Normativa nº 217/2017"

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Governador Valadares, 14/06/2022.

Documento assinado eletronicamente por FABRICIO DE SOUZA RIBEIRO, Superintendente, em 14/06/2022 11:37 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.